

## Mapa judiciário foi uma reforma "cosmética" com custos mal calculados

Editado por **Liliana Monteiro**

Inserido em **07-03-2015 11:52**



**Avaliação é feita pelo director executivo do Centro de Estudos Sociais de Coimbra, no Congresso dos Magistrados do Ministério Público.**

Os gastos com o novo mapa judiciário não foram bem calculados e o novo esquema não está articulado com os restantes serviços do Estado. A avaliação é feita pelo director executivo do Centro de Estudos Sociais de Coimbra.

“O mapa judiciário não bate certo com a organização dos serviços de Educação, de Saúde ou de Segurança Social. O Ministério Público tem de saber onde está a Segurança Social competente para aquela área territorial. Se as coisas não baterem certo, em termos da reforma dos serviços públicos do Estado, de certa maneira vamos ter algo que é disfuncional”, afirma Paulo Dias na abertura do Congresso dos Magistrados do Ministério Público, em Vilamoura, no Algarve.

Este investigador alerta ainda para custos que podem surgir: “Fazer reformas destas, sem recursos financeiros adequados, a curto prazo leva a que os custos económicos para o país e para o sistema judicial a médio-longo prazo sejam muitos superiores àqueles que eram necessários investir a curto prazo”.

O director executivo do Centro de Estudos Sociais de Coimbra ironiza e diz que esta reforma foi positiva para a troika, pois mostrou-se uma redução de 232 tribunais para 23.

“Parece que foi espectacular, mas toda a gente sabe que os edifícios e os recursos humanos continuam a ser os mesmos. Portanto, só se mudou um bocado a cosmética, mas os custos económicos que isto pode ter são de alguma dimensão”, justifica o investigador, lamentando ainda que a população não tenha sido devidamente informada.

Na sua opinião, o novo Mapa Judiciário merecia, pelo menos, um folheto na caixa de correio de cada português.